

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Brasília em ebulição

A semana começa em Brasília sob temperatura máxima. Governo, Congresso e mercado financeiro entram em rota de colisão em uma sequência de pautas explosivas capazes de ampliar o desgaste entre o Palácio do Planalto e o Parlamento. Em ano pré-eleitoral, cada derrota legislativa deixa de ser apenas divergência política e passa a ter cheiro de fragilidade institucional.

Planalto sob pressão

Lula tenta reorganizar sua base em meio a uma relação cada vez mais fria com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União, foto). A cena da semana passada, na posse de Nunes Marques no TSE, foi simbólica: Lula e Alcolumbre lado a lado, sem troca de palavras. Em Brasília, silêncio também é recado. Nos bastidores, há expectativa de novo encontro entre os dois. O clima, porém, segue contaminado pela rejeição do nome de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal. Lula já avisou a aliados que poderá reenviar a indicação ao Senado.

PEDRO GONTIJO/PR/IC



Desrespeito ao Senado

Na avaliação do senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP), o Senado já se manifestou de forma clara e soberana ao rejeitar Messias. Para ele, insistir no mesmo nome, dentro da mesma sessão legislativa, desrespeita o resultado da votação e a própria institucionalidade da casa.

Segurança jurídica

“Há um entendimento consolidado, inclusive respaldado por normas internas do Senado, de que uma indicação rejeitada não pode ser reapreciada no mesmo ano. Forçar esse movimento é tentar submeter o Senado a uma espécie de ‘segunda votação até dar certo’, o que é inaceitável. “O País precisa de segurança jurídica e respeito entre os Poderes, não de insistências políticas que tensionam o ambiente institucional. Lula tem o direito de indicar, mas não pode ignorar os limites e decisões do Senado”, acentuou Heinze.

Banco Central no furacão

O primeiro embate deve ocorrer hoje, quando o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, comparece à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para falar sobre o caso Master. A audiência promete tensão. Depois do adiamento provocado por mal-estar na semana passada, senadores querem respostas sobre a atuação envolvendo o Banco Master e também sobre a PEC que amplia a autonomia do Banco Central. O debate deixou de ser apenas técnico e virou disputa política, institucional e econômica. Em Brasília, autonomia virou palavra elegante para uma guerra silenciosa entre governo, mercado e Congresso.

Escala 6x1

Na Câmara, o governo tenta transformar a PEC do fim da escala 6x1 em vitrine política e social. O relator da Comissão Especial, deputado Léo Prates (Republicanos-BA), apresenta amanhã a primeira versão do parecer. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), corre para construir um texto de consenso e evitar que a proposta vire um novo campo de batalha ideológica. A intenção é votar a matéria no plenário já no dia 27 de maio.

Norma barra reenvio de Messias por Lula neste ano

Palácio do Planalto estuda como contornar regimento do Senado

/ CONGRESSO NACIONAL

Uma norma editada pelo Senado em 2010, durante a presidência de José Sarney na Casa, impede uma nova indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) neste ano. Como mostrou a Folha de S.Paulo, o presidente Lula (PT) afirmou a aliados que insistirá no nome do advogado-geral da União para a corte.

Aliados de Lula ainda analisam o cenário. Parte avalia que o petista deve anunciar publicamente sua insistência no nome de Messias, mas só enviar a nova mensagem em 2027, caso seja reeleito. Outros apontam que o governo pode questionar o ato judicialmente partindo da tese de que a prerrogativa de indicação está amparada na Constituição e não poderia ser restringida por um ato do Senado, que é infraconstitucional.

O ato da Mesa nº 1 de 2010 diz: “É vedada a apreciação, na mesma sessão legislativa, de indicação de autoridade rejeitada pelo Senado Federal”. Sessão legislativa é o período de funcionamento do Congresso a cada ano. Na prática, isso significa que o nome de Messias só poderia ser apreciado novamente pelos senadores em 2027.

Dessa forma, se Lula indicar formalmente o advogado-geral da União ao STF, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO/JC

Jorge Messias foi rejeitado por 42 votos contrários e 34 favoráveis

Brasil-AP), poderá arquivá-lo de ofício, sem necessidade de apreciação pelos pares.

Segundo interlocutores, Alcolumbre disse que não pretende pautar outra indicação ao STF neste ano e que a vaga em questão será preenchida por um nome definido pelo próximo presidente da República.

De acordo com pessoas próximas, Lula quer reforçar que a escolha é uma prerrogativa do presidente da República. O nome de Messias foi rejeitado numa votação histórica, a partir de uma articulação da direita com o centro. Alcolumbre tentou pressionar o governo a indicar o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), mas foi contrariado.

Sem um gesto favorável por parte de Alcolumbre, o indicado de Lula não alcançou o mínimo necessário, mesmo tendo pedido apoio e se apresentado a 78 dos 81 senadores.

Em conversas, Lula diz ter consciência de que o Senado não impôs uma derrota pessoal a Messias, mas a seu governo. O AGU foi rejeitado por 42 votos contrários e somente 34 favoráveis, em votação secreta. Era necessário o apoio de, pelo menos, 41 senadores.

Foi a primeira vez que o Senado rejeitou a indicação de um presidente da República para o STF desde 1894, quando cinco nomes escolhidos por Floriano Peixoto para o tribunal foram barrados.

Operação da PF sobre Banco Master completa seis meses

/ JUSTIÇA

A Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), completa seis meses nesta segunda-feira. As seis fases executadas até 14 de maio trouxeram à luz o que pode ser a maior fraude contra o Sistema Financeiro Nacional já registrada no Brasil, causadora de potencial prejuízo de dezenas de bilhões de dólares.

A operação também revelou a intrincada teia de relações que o principal alvo da apuração, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, estabeleceu com políticos; criminosos e servidores públicos de alto escalão. Na lista,

figuram diretores do Banco Central (BC), órgão responsável por fiscalizar o sistema bancário, e agentes da própria PF.

As investigações acerca do esquema que, segundo a PF, era chefiado por Vorcaro, começou no início de 2024, a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

Desde então, as provas reunidas motivaram o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal (STF) a decretar 21 prisões temporárias (de até cinco dias, prorrogáveis pelo mesmo período) ou preventivas (sem prazo para ser revogada), incluindo a do próprio banqueiro.

Também foram expedidos

Os mandados foram cumpridos em sete unidades da Federação

- 📍 Bahia
- 📍 Minas Gerais
- 📍 Piauí
- 📍 Rio de Janeiro
- 📍 Rio Grande do Sul
- 📍 São Paulo
- 📍 Distrito Federal

116 mandados de busca e apreensão de provas e autorizações judiciais para o bloqueio e o sequestro de bens em valores próximos a R\$ 27,71 bilhões.